

O PERFIL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA EPT DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE DE ACORDO COM O CENSO ESCOLAR 2015

Rafael Moreira da Silva (1)
rafael.moreira@ifrn.edu.br (1)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (1).

Resumo: A partir de dados recolhidos junto ao Censo Escolar da Educação Básica, fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, organizados em conjunto com os governos estaduais e prefeituras, especialmente as Secretarias Estaduais e municipais de Educação, referentes ao Estado do Rio Grande do Norte do ano de 2015, este trabalho traça um perfil dos profissionais professores que atuaram na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica nesse Estado. Abordamos a política educacional dessa modalidade, a qual passou por mudanças na última década, sobretudo, as etapas de expansão de sua oferta na Rede Federal e a alteração no escopo legal com o Decreto Nº 5.154, de 2004, que revogou o anterior, Decreto Nº 2.208, de 1997, possibilitando a articulação entre Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica no intuito de sua integração. Esta investigação trabalhou os dados de maneira a problematizar a formação acadêmica, a faixa etária, sexo, lotação, Dependência Administrativa, a relação oferta pública e privada, e o vínculo empregatício do profissional professor. É uma investigação de cunho exploratória e de análise documental do referido Censo e dos dispositivos legais. Evidenciou-se que as instituições públicas priorizam a oferta do Ensino Médio Integrado, especialmente na rede federal, enquanto as instituições privadas sinalizam preferência pelo Ensino Médio subsequente e o concomitante. A formação acadêmica dos professores varia entre cursos de pós-graduação stricto sensu ao Ensino Fundamental, entre graduados com licenciatura e sem licenciatura, destacando-se que estes últimos ainda se fazem presente em número considerável. A faixa etária dos professores se concentrou entre os 30 e 50 anos de idade, sendo o sexo masculino a maioria em todas as faixas. O número de professores com vínculo empregatício estável na esfera pública é superior aos contratados e terceirizados.

Palavras-chave: Perfil de professores do Rio Grande do Norte, Educação Profissional e Tecnológica, Censo Escolar da Educação Básica de 2015.

1 INTRODUÇÃO

O Censo escolar é uma pesquisa estatística em âmbito nacional realizada em todos os anos desde 1995, antes mesmo da aprovação da Lei de Diretrizes da Educação (LDB) de 1996, e coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para isso, conta com a participação das escolas da rede pública e privadas de todo o país que oferta a Educação Básica¹ (EB).

O objetivo do Censo é coletar informações acerca da realidade educacional do país em nível nacional, mas considerando também particularidades, como, número de matrículas, formação de professores, ingressos, instituições ofertantes e outras que influem, com o intuito de contribuir para futuras medidas governamentais em âmbito de políticas públicas. A esse respeito, os Artigos 5º e 9º da LDB expressam a necessidade de um mecanismo de recenseamento da população em idade escolar, bem como a coleta, análise e disseminação dessas informações (BRASIL, 1996)

Por sua vez, a Política educacional da modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passou por mudanças profundas na última década. Desde muitas etapas de expansão da oferta dela na Rede Federal a mudanças no escopo legal com o Decreto Nº 5.154, de 2004, que revogou o anterior, Decreto Nº 2.208, de 1997, possibilitando a articulação entre EB e EPT com o intuito de sua integração.

Essa expansão modificou o cenário de oferta dessa modalidade no RN, principalmente, em matéria de integração com a EB, pelo aumento e interiorização dos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). No início de 2008, eram apenas dois *Campus* do IFRN, um em Natal e outro em Mossoró, para em 2016, serem vinte e um *campi* em todas as regiões potiguares. Por parte da Rede Estadual de Educação do RN, há o direcionamento pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC) para também sua adesão a uma forma de oferta integrada entre EB e EPT.

Nesse quadro, a política educacional praticada nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, as quais pretendiam o distanciamento em caminho à separação total entre a EB e a EPT, são invertidas durante os dois governos Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo considerando as diversas contradições da sua elaboração, no sentido de uma Educação Integral.

Com isso, houve a demanda por contratações de professores para essa modalidade, tanto das áreas ditas propedêuticas como das áreas profissionais. Estas últimas, em seus cursos de graduação,

¹ Conforme o artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

não são focadas em formação de professores, o que ocasionou o ingresso de muitos bacharéis e tecnólogos para o exercício de docente na EB, contrariando o que preceitua o artigo 62 da LDB.

Nessa perspectiva, esta pesquisa busca traçar o perfil de professores materializados nos dados do Censo Escolar da EB de 2015 no Estado do RN na modalidade da EPT, sendo uma abordagem quanti qualitativa e de cunho exploratório. Para tanto, consideramos a disposição dos números de professores nas etapas da EB, sexo, raça e ou cor, localização da Dependência Administrativa (DA) a que está vinculado, faixa etária e outras variantes.

2 O PERFIL DE PROFESSORES DA EPT DE ACORDO COM O CENSO ESCOLAR 2015

Antes de traçarmos um perfil a partir dos dados do Censo Escolar de 2015, acreditamos ser pertinente compreender como o corre a coleta de dados, o que nos possibilitará ingressarmos nessa sistemática que envolve todas as escolas do país. Os dados do Censo do Escolar são organizados pelo INEP em conjunto com os governos estaduais, especialmente as Secretarias Estaduais de Educação e as Secretarias das Prefeituras municipais. Após o primeiro levantamento, as informações são consolidadas por cada Estado, em âmbito interno de sua respectiva Secretaria de Educação. Após essa fase, ocorre o processamento dessas informações já consolidadas por um sistema informativo mantido pelo INEP e pelo MEC (BRASIL, 2008).

Esses dados são publicados preliminarmente no Diário Oficial da União (DOU), cabendo trinta dias, após essa publicação, para procedimento de recursos administrativos de contestação a possíveis equívocos que tenham ocorrido por parte de cada ente federado ou pelo próprio INEP. Posteriormente, considerando as possíveis correções e/ou distorções feitas, Censo é publicado em definitivo. Vale destacar que esses os dados definitivos são empregados para a distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, servindo de coeficiente dos recursos (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, os dados do Censo Escolar de 2015 (doravante reportaremos a ele pelo termo Censo) são organizados em tabelas que expressam valores quantitativos, não expressando análises nem hipóteses de algumas contradições que constatamos no decorrer da análise na busca de traçarmos o perfil de professores do RN da EB na EPT. Por isso, não raro, retomaremos alguns marcos legais para uma compreensão fundamentada naquilo que a lei promulga e o que o Censo nos diz. Outro ponto é que abordamos três categorias para consecução deste trabalho:

- a) Caracterização do profissional docente: Faixa etária, vínculo empregatício (Estáveis/concursados, temporários, terceirizados ou contrato CLT), região geográfica de trabalho (urbana ou rural), DA ou rede de ensino (Federal, Estadual, Municipal e/ou Privada); número de docentes por curso ofertado.
- b) Formação acadêmica (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado).

Nesse sentido, o dado que consideramos de relevância para uma abordagem inicial é a totalidade do número de professores que atuam na EB no Estado do RN. Conforme o Censo, são 35.187 dos quais 2.394 em cursos de EPT em redes de educação municipal, estadual, federal e instituições privadas, o que representa somente 6,8% do corpo docente desse estado.

Em relação a esse último aspecto, o quadro a seguir expõe a configuração da EPT no RN em sua distribuição de professores segundo DA, apresentando certas concentrações de professores em determinadas ofertas de Curso, por ventura, resultado da política institucional adotada pela DA a que pertence.

No caso da Rede Federal, os professores atuam mais com o Curso Técnico de Ensino Médio Integrado (EMI), enquanto as Instituições privadas priorizam o Curso Técnico de Ensino Médio Subsequente (EMS) e/ou Concomitante (EMC), o que não surpreende se tivermos em mente a dualidade história da educação brasileira e a proposta pedagógica do EMI que busca superá-la.

Quadro 1: Distribuição de professores da EPT no RN

Curso	Dependência Administrativa				Total*
	Publica			Privada	
	Federal	Estadual	Municipal		
Ensino Médio Técnico Integrado	1.030	13	-	-	1.043
Ensino Médio Magistério	-	59	-	35	94
EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano	-	27	58	-	85
EJA Integrada à EP de Nível Médio	148	7	-	-	155
Ensino Médio Técnico	80	-	-	113	193

Concomitante					
Ensino Médio Técnico Subsequente	653	20	-	579	1.240
Formação Inicial e Continuada	9	10	45	34	98
Turma Mista	52	-	-	82	134

Fonte: Elaboração Nossa a partir do Censo Escolar de 2015

* Nesse total, os professores são contados pela participação conforme curso, resultando em recontagem de um determinado professor em variados cursos.

Essa diferença de concentração de professores expressa parte de dois movimentos dentro da Educação nacional. Primeiro, pela política de expansão da EPT, principalmente, durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, enquanto o segundo apresenta as características de aumento do setor privado na oferta de Educação Básica. Dessa forma, não interessa ao setor privado ofertar um EMI, dentre outras razões, por questões econômicas, haja vista a necessidade de contratação de professores de determinadas áreas profissionais além do corpo docente de disciplinas propedêuticas.

Outra razão é o público alvo dessas escolas, quais sejam, filhos de classes com melhores condições que não pleiteiam uma formação técnica, mas almejam a inserção desses em cursos superiores, geralmente, de profissão bem remunerada. Assim, o quadro de concentração de professores de certa forma reflete também as intenções de classe e de políticas públicas aplicadas nos últimos anos.

Quanto à formação acadêmica dos professores da EPT, o quadro 2 abaixo detalha o quantitativo de pós-graduados, graduados e sem nível superior que atuaram na modalidade de EPT durante 2015.

Quadro 2: Formação acadêmica dos professores da EPT no RN em 2015

SEM GRADUAÇÃO		GRADUAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO		
Ensino Fundamental	Ensino Médio	Com licenciatura	Sem licenciatura	Especialista	Mestre	Doutor
3	246	1.287	858	723	708	150

Fonte: Elaboração nossa a partir do Censo Escolar de 2015

Com efeito, significa que cerca de 11,6 % dos professores que lecionaram disciplinas em cursos da EPT não possuíam formação de nível superior. Soma-se a esse fato, os 40 % dos graduados, porém não licenciados, ambos violando o artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/1996).

Dessa forma, mais da metade do corpo docente que desempenhou as atividades de magistério no Estado do RN não estava com a devida formação para tanto. Nesse sentido, Moura (2008) e Machado (2008) nos explicam que mesmo os licenciados não obtiveram em seus percursos formativos o preparo suficiente para o desenvolvimento de atividades que busquem integrar e/ou trabalhar a dimensão profissional em suas áreas de conhecimento.

Outra característica da EPT no Estado do RN é sua oferta quase que predominantemente em regiões tidas como urbana. Nesse caso, vale diferenciar a tipologia do mapeamento entre urbano e rural, conforme critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual se apoia na legislação vigente que considera situação urbana as áreas correspondentes às sedes municipais de cidades, às vilas ou sedes distritais e às áreas urbanas isoladas, enquanto situação rural é toda área fora dos limites dessa primeira (IBGE, 2001).

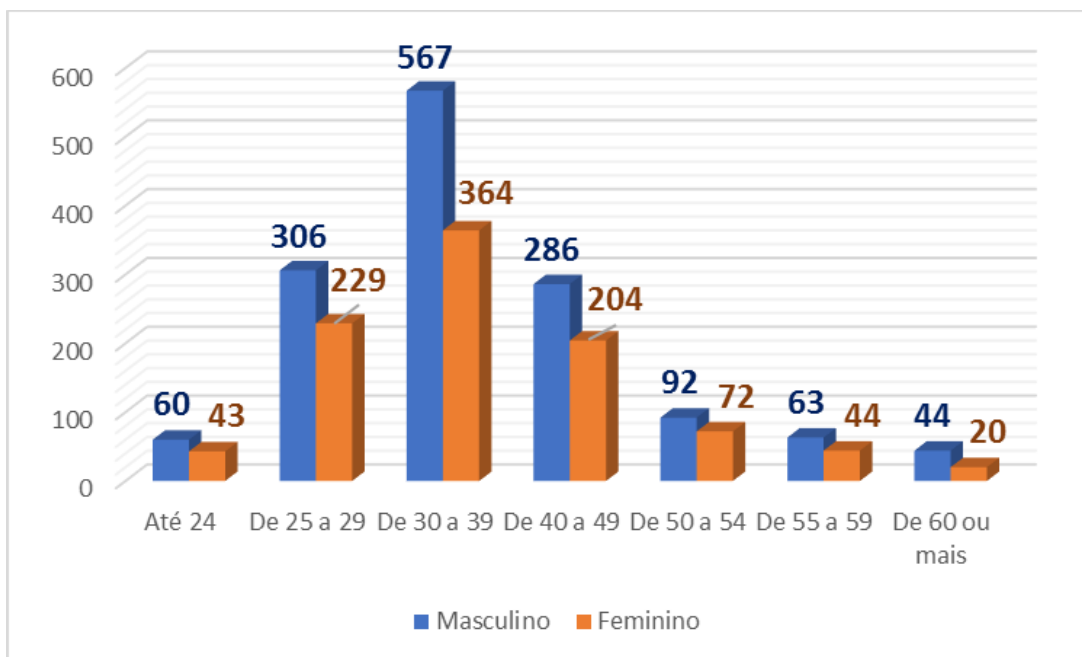
Quadro 3 – Distribuição de professores por região

Região	Urbana				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Urbana	2.181	1.251	126	71	745
Rural	230	198	-	32	-

Fonte: Elaboração nossa a partir do Censo Escolar de 2015

Por sua vez, em 2015, a caracterização dos professores por faixa etária e sexo apresenta um quantitativo maior de profissionais do sexo masculino, os quais foram 1.418, e 976 do sexo feminino, destacando-se que, em todas as faixas etárias consideradas pelo Censo, o quantitativo de professores do sexo masculino foi maior que a do feminino, havendo uma concentração de cerca de 59,3% do corpo docente na faixa etária entre 30 e 50 anos de idade, conforme o quadro 4 abaixo.

Figura 1: Faixa etária por sexo.



Fonte: Elaboração nossa a partir do Censo Escolar de 2015

Quanto ao tipo de vínculo, percebemos uma variedade de contratações do profissional professor conforme DA, o que retrata tanto a ausência de uma política de valorização docente quanto uma expressão dos investimentos do campo da EPT, embora nesses últimos anos houvesse uma forte expansão dessa modalidade.

Nesse sentido, por consequência, na DA Federal há uma efetivação ou estabilidade desses profissionais, uma vez que são efetivos. Por sua vez, na DA Estadual, apresenta-se um baixo número de professores na totalidade dessa oferta, talvez reflexo da pouca oferta de matrículas em cursos da EPT na rede estadual. Ainda assim, a relação é de cada 4 professores, um é temporário. Na DA Municipal, cerca de 80% do corpo docente não era estável ou efetivo na função de professor.

Quadro 5: Tipo de vínculo por Dependência Administrativa

Tipo de vínculo	Dependência Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Concursado/efetivo/estável	1.168	96	17	1.281
Contrato Temporário	306	30	84	420
Contrato Terceirizado	1	1	-	2
Contrato CLT	6	-	4	10

Fonte: Elaboração nossa a partir do Censo Escolar de 2015

3 CONCLUSÕES

Diante dos dados expostos, podemos afirmar que o perfil dos professores da EB na EPT do Estado do RN é composto por uma variedade de profissionais com formação pós-graduada em cursos de mestrado e doutorado, no entanto, ao mesmo tempo, por profissionais que não se enquadram aos requisitos mínimos exigidos pela legislação educacional em vigor para o desempenho das atividades do magistério.

Esses profissionais atuam, geralmente, em regiões urbanas, predominantemente na faixa etária entre os 30 e 50 anos de idade, mantendo em sua maioria vínculos empregatícios considerados estáveis, mas também expressando uma parte de terceirizados e temporários em exercício.

Na rede Federal, o corpo docente é concentrado em torno do EMI, enquanto nas redes Estadual e Municipal há variada distribuição dos professores entre as demais formas de oferta da EPT, tendendo mais ao EMC, EMS e aos cursos de Formação inicial e Continuada. Nas instituições privadas, materializou-se a preferência pelo EMC e EMS.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

_____. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 20 nov. 2016

____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 15 nov. 2017

____. Presidência da República. Ministério da Educação. Diretoria Financeira. **Manual de orientação.** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília/Distrito Federal: Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa do mercado de trabalho no Brasil: 1992-1997.** Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv779.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015.** Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 15 nov. 2016.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. In.: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 8-22.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. In.: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, 2008, p. 23-38.